

Eixo temático: Direito Constitucional e Ações Afirmativas

PROJETO DE EXTENSÃO 'CONSTITUINDO SABERES': RELATO DE EXPERIÊNCIA EM PROJETOS SOCIAIS DE DELMIRO GOUVEIA/AL

Ana Clara Barbosa Ferraz¹; Antonella de Paula Pinheiro Sandes²; Gildo Alves Feitoza Neto³; Maria Clara da Cunha Godoi⁴; Danilma Melo da Silva⁵.

Introdução: Paulo Freire ressalta que “ a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (2000, p.31), destacando a importância da educação na formação de uma coletividade equitativa. Assim, considerando a Constituição Federal de 1988, entende-se a importância do ensino constitucional a todos, desde a infância e além do ambiente jurídico. À vista disso, os discentes do 2º período de Direito, sob orientação da Profª Dra. Danilma Melo, desenvolveram o projeto de extensão Constituindo Saberes ofertando curso básico e gratuito de Direito Constitucional aos usuários na faixa etária de 8 a 18 anos em dois Projetos Sociais no município de Delmiro Gouveia - AL. **Relato de Experiência:** Tal projeto teve objetivo de levar o ensino constitucional para as comunidades, partindo do pressuposto de que se a Constituição consolida direitos fundamentais a todos, sem distinção de qualquer natureza, estes devem ser de conhecimento comum do povo, para que possam ser usufruídos e protegidos quando violados. Sendo assim, o curso forneceu apresentação de três módulos: I - O que é uma Constituição? / Conhecendo as Constituições brasileiras; II - Dos Direitos Fundamentais e Acesso à Justiça na Constituição Federal de 1988; III - Dos Direitos Sociais na Constituição Federal de 1988. O ensino destes, trouxe tanto o contexto histórico das

¹ Graduando em Direito no Centro Universitário do Rio São Francisco – UNIRIOS. Líder da turma do 4º período - A. Monitora do Projeto de Extensão “Constituição em movimento”. Presidente da Liga Acadêmica de Direito Penal – LAPDPEN. E-mail: anaclaraferraz.03.acf@gmail.com.

² Graduanda em Direito no Centro Universitário do Rio São Francisco – UNIRIOS. E-mail: antonellasandess@gmail.com

³ Graduando em Direito no Centro Universitário do Rio São Francisco – UNIRIOS. E-mail: gildoneto1213@gmail.com.

⁴ Graduanda em Direito no Centro Universitário do Rio São Francisco – UNIRIOS. Coordenadora de Ensino da Liga Acadêmica de Direito Penal – LAPDPEN. E-mail: mariaclaralcunha@gmail.com.

⁵ Doutora em Direito pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Mestre em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. Graduada em Direito pela Faculdade Sete de Setembro – FASETE. Presidente da Comissão de Ensino Jurídico da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção Paulo Afonso/BA. Coordenadora e Professora do Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Rio São Francisco – UNIRIOS. E-mail: danilmamelo@gmail.com.

constituições brasileiras, quanto a legislação de direitos fundamentais vigentes, ensino esse que se torna ainda mais importante ao observar a vulnerabilidade social dos usuários dos projetos do município em que foi realizado. Ademais, a conscientização a partir do ensino da Constituição não se limitou apenas a palestra de apresentação do conteúdo, como ofereceu histórias animadas, dinâmicas e o divertimento como forma de fortalecer o aprendizado e a motivação, garantindo seu pleno interesse na educação e busca pelos seus direitos. O projeto foi desenvolvido em um contexto no qual os jovens tinham pouca perspectiva em relação aos estudos e futuro profissional. Durante as atividades, observou-se que muitos passaram a se ver como protagonistas de suas trajetórias, com maior engajamento e participação ativa, além de manifestarem sonhos e escolhas profissionais. Mais do que transmitir conhecimento, o projeto ofereceu esperança, permitindo compreender que o futuro pode ser construído pelo esforço pessoal e coletivo, com a educação como pilar. Ao ensinar sobre direitos e deveres, conscientizou os jovens de que a escola é a ponte para transformar realidades. **Considerações finais:** Os resultados do projeto Constituindo Saberes superaram as expectativas, levando conhecimento constitucional e despertando nos jovens a consciência de direitos e deveres. Frequentar a escola deixou de ser visto apenas como obrigação, tornando-se oportunidade de acesso ao saber. As atividades, conduzidas de forma lúdica e acessível, aproximaram a comunidade da Constituição, estimularam reflexões sobre os direitos fundamentais e fortaleceram a cidadania. Além disso, enriqueceram tanto os participantes - ampliando sua compreensão social e democrática - quanto os discentes, promovendo neles uma maior conscientização cidadã. Assim, reafirma-se o caráter transformador da extensão universitária, consolidando-se como espaço de promoção da democracia e de formação de profissionais comprometidos com a sociedade.

Palavras-chave

Direito Constitucional. Educação. Cidadania. Conscientização. Extensão Universitária.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Unesp, 2000.